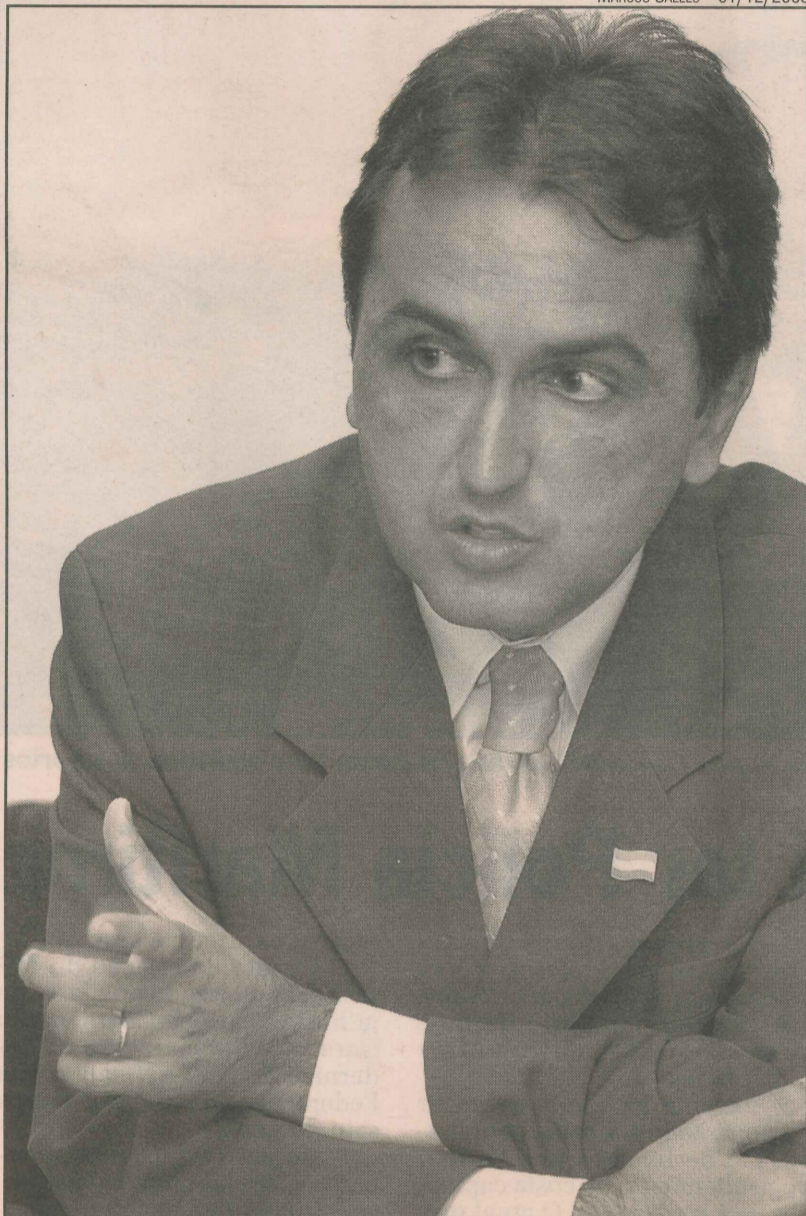


POLÍCIA

Mudanças revoltam oficiais

MARCOS SALLES - 01/12/2003



Rodney Miranda tranquilizou os oficiais: mudanças serão benéficas

O deputado estadual Cabo Elson (PDT) falou do plenário, afirmando que ele e seus colegas deverão votar contra o projeto, que sequer deu entrada na Assembleia.

RESPOSTA

O secretário Rodney Miranda tranquilizou os oficiais, afirmando que o projeto do governo não altera e nem prevê a redução do poder dos comandantes das polícias Civil e Militar.

“Isso não existe. Não tem cabimento o que estão (oficiais) dizendo. Primeiro, eu não recebi nenhuma manifestação ofi-

cial do comando da PM. Depois, não vamos alterar o poder de comando de ninguém”, rebateu Rodney.

Ele ressaltou que já esteve reunido com os deputados falando sobre a importância e necessidade da aprovação do projeto de reestruturação da segurança para a melhoria da polícia capixaba.

“Essa reclamação é de quem não está entendendo a importância desse projeto para o Estado. Isso é coisa de quem está querendo tumultuar o processo de votação”, salientou Rodney.

Eles não aceitam a reforma que o governo quer fazer na segurança e prometem um aquartelamento

As mudanças na área da segurança pública do Estado — que visam melhorar o desempenho das polícias Militar e Civil — anunciadas pelo secretário de Estado da Segurança, Rodney Rocha Miranda, causaram ontem o primeiro desconforto.

Revoltados, oficiais passaram o dia reunidos nos quartéis da PM e à tarde mais de 400 militares — entre praças e oficiais — foram para a Assembleia Legislativa, na Enseada do Suá, pressionar os deputados a não votar o projeto apresentado pelo governo do Estado.

As entidades representantes dos policiais civis e militares não descartaram a possibilidade de greves e aquartelamentos caso o projeto seja aprovado e sancionado pelo governador Paulo Hartung (PSB).

Na terça-feira, Rodney Miranda anunciou mudanças na pasta, que passará a ter, inclusive, outro nome (passa a ser Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social).

Os oficiais que estiveram ontem na Assembleia distribuíram um documento para os deputados estaduais, no qual afirmam que o secretário da Segurança está tentando reduzir os poderes dos comandos da PM e da Polícia Civil.

Os oficiais apontam falhas no projeto e dizem que ele vai desmantelar tudo o que já existe na estrutura das polícias, sem mostrar como as instituições vão ficar após as mudanças. Um dos principais questionamentos dos policiais está na criação da Corregedoria Geral.

“Estado vai ser modelo no País”

O secretário nacional da Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, elogiou os projetos de unificação das polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros do Espírito Santo, em visita ontem à sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em Vitória.

Ele foi convidado pelo secretário da Segurança, Rodney Rocha Miranda, a visitar a secretaria e conhecer os novos projetos da Academia Integrada, da Corregedoria Geral, da Ouvidoria Única, do Sistema de Inteligência e da Gestão Integrada.

“Criar uma Corregedoria única é novidade e poderemos entender isso a outras unidades

do País. O Espírito Santo vai ser modelo para o País na área de segurança”, disse Corrêa.

Na manhã de ontem, ele conheceu o Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciods) que, a partir do mês de maio, vai centralizar os sistemas de radiocomunicação, telefonia e informática dos serviços de segurança do Espírito Santo.

A reunião contou com a presença da chefia da Polícia Civil, do comando do Corpo de Bombeiros, de representantes do governo e de outras autoridades, além de integrantes da ONG Paz Espírito Santo e do Fórum Reage Espírito Santo, que fizeram

uma exposição sobre a campanha do desarmamento.

“As mudanças são adequadas ao Plano Nacional de Segurança Pública e têm um formato que poderemos estimular em outros estados”, disse o secretário.

Quanto à criação da Corregedoria Geral, o secretário Corrêa disse que ela se faz necessária, tendo em vista os graves envolvimento de policiais na criminalidade.

“Não que da forma que estava não fosse investigado, mas o nível da criminalidade chegou a um ponto que é necessário ser mais ágil e mais operacional”, disse o secretário.

ALEGAÇÃO DOS MILITARES

1 - Reduz as instituições policiais Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros a meros níveis gerenciais na estrutura de execução da Secretaria da Segurança Pública (Sesp), retirando integralmente de seus gestores poderes de planejar, coordenar, acionar e controlar operacionalmente os seus efetivos;

2 - Trata de unificação de órgãos que constitucionalmente não podem ser unificados devido aos status constitucional.

3 - Retira também integralmente a competência dos comandantes-gerais e da Chefia de Polícia Civil na definição da política de seleção, recrutamento, formação, capacitação, aperfeiçoamento, treinamento e estágios técnicos profissionais dos efetivos, extinguindo a estrutura de ensino e instrução das polícias, ao nível estratégico e operacional;

4 - Revoga a lei que criou a Ouvidoria de Polícia e cria uma nova Ouvidoria Geral incompatível com as recomendações do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, sendo que este novo órgão

proposto não tem organicidade, estrutura, forma de funcionamento e mandatos definidos;

5 - Cria a Corregedoria Geral de Polícia sem definir forma, composição, organograma, além de usurpar as atribuições legais específicas, privativas de comandantes que têm investidura militar.

6 - Retira do comando das instituições de segurança pública o poder de gerenciar as atividades de inteligência policial.

7 - Dá poderes ao secretário de movimentar qualquer servidor policial ou militar, através de portaria para colocá-los à disposição da Sesp, inclusive a agregação que é pela Lei 3196 uma prerrogativa do governador, criando um ciclo perigoso e desestabilizando o cargo de comandante.

8 - Cria grupos especiais fora da estrutura orgânica das polícias com funções operacionais e de ensino, o que se transverte de uma temeridade “mini-polícias” nas mãos de agentes políticos.

Rapaz é assassinado a tiros em Caratoíra

Um rapaz identificado como Elias Jorge Remídio, 22 anos, foi assassinado a tiros por um motoqueiro em frente a uma mercearia, na rua Professor Heráclito Pereira, em Caratoíra, Vitória, às 19 horas de ontem.

Elias estacionou sua moto Honda Titan cinza, placa MTM-7756, em frente à mercearia — o estabelecimento estava fechado — e se dirigiu a um orelhão.

Ele estava com o capacete na mão e quando desligou o telefone para retornar à moto foi atingido com diversos tiros, por um homem que fugiu em seguida em uma outra moto.

Elias, que trajava bermuda de tãctel azul e preta, camisa cinza e chinélos, foi atingido por sete tiros de pistola 7.65: dois no ouvido esquerdo, um nas costas, um no pulso di-

reito que quebrou o relógio dele; um no quadril, e dois de raspão na coxa esquerda. O corpo de Elias ficou caído sob a moto.

Diversas pessoas se aglomeraram em torno do corpo de Elias, mas ninguém conseguiu descrever o assassino, que usava capacete.

Peritos da Polícia Civil constataram que na carteira de Elias havia R\$ 300,00 em notas de R\$ 50,00. Durante a perícia o telefone celular da vítima tocou e foi atendido por um investigador da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa.

A polícia não passou o nome da pessoa que fez a ligação e nem o teor da conversa para que as investigações não fossem comprometidas. Policiais militares efetuaram buscas pela região, mas nenhum suspeito do crime foi detido.

LUIZ PAJÁO/AT



O corpo de Elias ficou caído sob a sua moto, no meio da rua